



### **Os contextos oratórios da Roma republicana**

São quatro os principais contextos oratórios da Roma republicana: o tribunal, o senado, a assembleia popular e a cerimônia fúnebre. Todos tomam lugar no fórum à exceção do senado que, como já se deduz, toma lugar nos locais de reunião dos senadores, normalmente, a cúria ou os templos. Diversas são as causas e serão mencionadas quando se falar de cada um dos contextos, mas, apesar dessa variedade, elas podem ser reunidas nos três tipos definidos por Aristóteles em sua Retórica e retomados em outros termos por Cícero: o julgamento, a deliberação e o adorno.

As causas tratadas no tribunal eram as de julgamento e envolviam causas civis e criminais. O julgamento se dava no Fórum tendo como parte os réus, seus acusadores e defensores e aqueles que decidiam a questão, o pretor ou o júri. O acusador e o defensor atuavam, então, como oradores e se dirigiam ao juiz da causa buscando, nos termos de Cícero, seu rigor ou sua clemência. Por se passar no Fórum, os julgamentos costumavam ser acompanhados de um público espectador, a corona. O começo do discurso de Cícero em defesa de Milão dá uma boa ideia de como era a cena de um julgamento: “Ainda que eu receie, senhores juízes, que seja indigno sentir medo ao começar a discursar em defesa de um varão altamente corajoso, (...) contudo, a aparência insólita deste insólito tribunal aterroriza os nossos olhos (...). Pois vossa assembleia não está rodeada por um círculo de ouvintes, como de costume; não estamos acompanhados de nosso público habitual; nem deixa de provocar certa intimidação ao orador aquela guarnição armada”. Aqui temos a descrição do que seria uma “assembleia” comum, com um público ouvinte e sem a presença de uma “guarnição armada”.

Além da discussão técnica e a argumentação objetiva, um recurso comumente utilizado pelos oradores na tentativa de conquistar “o rigor ou a clemência” do juiz era a construção da própria credibilidade ou a de destruição da do opositor. Um exemplo interessante desse jogo de ataque e defesa entre oradores é o discurso em defesa de Murena, principalmente pela complicação política e pessoal que se criou para Cícero ao se empenhar na defesa do acusado. Nesse julgamento em que se decidia se Murena fraudou ou não a eleição para cônsul, Cícero foi colocado em embate direto com Sulpício, seu amigo, e Catão, o senador de reputação ilibada e de posições políticas consonantes com a sua, exigindo assim um cuidado especial nos seus ataques. Em Catão, Cícero, em vez de atacar a sua credibilidade, critica a sua inflexibilidade: Catão “regula a sua vida de acordo com a regra inflexível de um sistema filosófico, e que pesa com o maior escrúpulo a importância de todos os deveres”. E se ele próprio já foi severo, como lembrou Catão, foi porque era um momento em que “o

Estado reclamava vigor e severidade”, sendo diferente nesse julgamento, “visto que todas as razões me incitam à compaixão e à benevolência”. Já em Sulpício, é o seu ofício de jurisconsulto o alvo de Cícero que, apesar de ser “um grande mérito, digno da gratidão humana” consagrar “todos os seus esforços a uma ciência que destina a ser útil a muitos” e do próprio Cícero ter se dedicado a esse ofício, é menos adequado para o consulado do que a posição militar de Murena, afinal “quem há que possa duvidar que, para alcançar o consulado, a glória militar proporciona muito mais mérito do que a do direito civil?”

Mudando do Fórum para o Senado, temos aqui as deliberações legislativas e em decisões de política externa, assim como a autopromoção política, o ataque a opositores e o elogio de aliados (o que Aristóteles dividiria em louvor e vitupério na “Retórica”). São senadores que se dirigem a seus pares buscando “no aconselhamento, a esperança ou o temor de quem delibera”, como diz Cícero. Um exemplo de um discurso que mistura o elogio e o aconselhamento, está o agradecimento que Cícero faz a César pelo perdão a Marco Marcelo no “Discurso sobre Marcelo”, em que o elogio do ato vem seguido de um apelo a César pela restituição da ordem anterior de Roma antes da guerra civil. Apesar de dirigido a César, Cícero não esquece de incluir os senadores entre os ouvintes a serem atingidos: “O prolongado silêncio, senhores senadores, de que me valera nos últimos tempos, não por algum temor, mas em parte por sofrimento, em parte por pudor, teve fim com o dia de hoje”. Passa, então, ao elogio de César pela “tamanho brandura, essa clemência de tal modo inédita e inaudita, tamanho comedimento em meio ao poder supremo sobre todas as coisas, enfim, uma sabedoria tão incrível e quase divina”. É “essa clemência” demonstrada no ato de perdão a Marcelo o que Cícero quer louvar em César acima de qualquer outro feito seu: “A ninguém é dada tamanha riqueza de engenho (...) que possa, não direi adornar, mas sequer narrar, Gaio César, teus feitos. Contudo, afirmo — e o direi com todo o respeito a ti — que dentre eles não há maior honra do que essa que alcançaste no dia de hoje”. A exaltação da clemência sobre, inclusive, sua glória militar serve ao apelo de Cícero a César para que restitua a ordem anterior à guerra civil: “Cabe a ti, Gaio César, unicamente, avivar tudo o que percebes estar destruído e arruinado pelo chão pela impetuosidade da própria guerra, como era forçoso: é preciso restabelecer os tribunais, retomar o crédito, reprimir os desejos, multiplicar a população; e conter com leis severas tudo o que já se dissipou e se perdeu”. Exatamente por conseguir fazer esse apelo calculado em meio a um louvor quase exaltado que torna esse discurso tão habilidoso de Cícero.

Voltando agora ao Fórum, dessa vez não no tribunal mas na Tribuna Rostral, temos os dois últimos tipos de discurso, o da assembleia popular e o da cerimônia fúnebre. No primeiro, o orador se dirige ao povo romano para falar sobre principalmente a apresentação de propostas de lei, informes senatoriais, e, como no Senado, campanha política. Por se tratar do “maior palco do orador” segundo Cícero, o orador é estimulado “pela própria natureza a adotar uma maneira mais ornada de discursar.

(...) E como são muitas e variadas as oscilações do povo, é preciso evitar suas vaias, que são provocadas por algum erro no discurso (...); por rancor ou ódio dos homens (...); se o tema é desagradável; ou se a multidão encontra-se tomada por alguma inquietação provocada por seus anseios ou temores”. Cícero dá os quatro remédios para essas causas, que devem ser escolhidos conforme a situação: a repreensão, a advertência, a promessa ou a súplica. A lisonja ao povo é explorada assim como a autoridade deve ser devidamente construída como se vê no discurso em busca de apoio da proposição de Manilius: “Posto que sempre, romanos, me foi sumamente agradável esta vossa numerosa assembleia, e este lugar me pareceu, para tratar negócios, o mais autorizado, e de suma honra para o orador (...). Mas nem neste lugar faltou nunca quem defendesse os vossos direitos, nem o meu trabalho, que sempre foi desinteressado e regulado pela equidade, deixou de receber de vós grandioso prêmio. Pois sendo eu três vezes eleito primeiro pretor (...) facilmente entendi, romanos, o que julgáveis de mim (...). Mas agora que tenho tanta autoridade quanta vós fostes servidos anexar a estas honras, e tanta capacidade para os negócios quanta o exercício quase cotidiano de advogar pode conferir a um homem diligente, valer-me-ei da primeira para com aqueles que ma deram (...)”.

Por fim, chegamos a cerimônia fúnebre, que tem como assunto o elogio de um falecido pertencente a uma família tradicional, que também é objeto e ouvinte do elogio. Proferido na Tribuna Rostral, o povo romano também é convidado a ouvir o elogio. Como exemplo, o discurso que teria sido proferido por César em homenagem a sua tia, segundo Cícero diz em Suetônio: “Pelo lado materno, minha tia Júlia descende de reis, pelo lado paterno, entronca nos deuses imortais. Com efeito, de Anco Márcio provém a dinastia real dos Márcios, nome de minha mãe; de Vénus, descendem os Júlios, e nós somos ramos dessa família. Há, pois, na nossa raça quer a santidade dos reis, que tão grande poder têm entre os homens, quer a majestade dos deuses, de quem depende o próprio poder dos reis”.